GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

NOTAS SOLTAS

No actual período de pleno emprego regional é necessário afinar políticas estruturais que permitam uma expansão da oferta agregada e um crescimento da produtividade em sectores como a administração pública, a educação, a saúde, a construção civil, os transportes e os serviços em geral. Tudo sectores onde as forças disciplinadoras do livre mercado e da concorrência ou estão ausentes ou são insuficientes.

Esta tese defendendo a necessidade de reformas no domínio da economia, das políticas urbanas e de gestão do território, da educação e da saúde foi apresentada em Março de 2002 numa intervenção feita no plenário da Assembleia Legislativa Regional.

Tomando em conta os dois relatórios sobre a coesão, constatava-se então que a taxa de crescimento de longo prazo tendia a exceder a média europeia de 1% p.a. mas que a continuação das velhas prioridades dos últimos 16 anos após a adesão à Comunidade Europeia não seria suficiente para uma economia com base no conhecimento característica das sociedades do século XXI.

Esta intervenção, velha de dois anos, não teve eco na discussão política e muito menos nos média. Correndo o risco de não ser ouvido chamo novamente a atenção para o 3º relatório sobre a coesão. Neste, a Comissão da União Europeia identifica os dois conjuntos de condições necessárias para um crescimento sustentado num ambiente competitivo. **A saber, dotar as regiões de níveis adequados de infra-estrutura física e capital humano e em segundo lugar reforçar a capacidade de inovar e usar o conhecimento e as tecnologias de forma efectiva**.

À luz destes critérios a análise das políticas seguidas nos últimos 18 anos permite-nos concluir que só no domínio da infra-estrutura física a região deu passos significativos. No domínio da qualificação do capital humano, isto é das **políticas de educação e formação** estamos no início duma caminhada longa e exigente. Os níveis de formação e a eficácia do sistema de ensino português desperdiçam constantemente recursos. Com um nível de despesa equivalente a 7% do Produto Interno Bruto o país continua a não prestar atenção mas sobretudo a não reduzir o desperdício que é o abandono precoce dos nossos jovens antes e depois do 9ºano de escolaridade.

Somente nos últimos anos os Açores avançaram de forma pioneira na expansão do ensino profissional. Partindo de uma taxa de formação técnico-profissional de 1.4% da população activa em 1997 a região atinge os 8% em 2004 e mantendo o actual ritmo chegará aos 25% em 2010. É uma prioridade regional investir na **formação profissional pública** dentro das nossas escolas secundárias, complementando a oferta existente nas escolas profissionais e melhorando a sua qualidade.

Com uma taxa de escolarização bruta no ensino secundário de cerca de 85%, é necessário concentrar recursos em competências básicas e prover a qualificação para o mercado com Diplomas Técnicos para os que não desejam ser doutores mas podem ser técnicos de nível médio. **A criação de ciclos de formação curtos**, não superior a dois anos, no ensino secundário e mesmo no ensino politécnico permite uma maior produtividade da despesa pública e uma entrada mais eficaz de jovens qualificados no mercado de trabalho. Esta é uma área em que a região tem condições de inovar face ao conjunto do país como já o fez na reorganização escolar levada a cabo nos últimos 8 anos.

Numa sociedade onde os grupos privados com dimensão competitiva se reduzem a dois ou três o papel do sector público como parceiro e promotor de novas iniciativas é crucial. Iniciativas viradas para o mercado externo não se compadecem com a fragilidade, a falta de experiência e muitas vezes de capital da maioria das nossas empresas. **É condição necessária** para um desenvolvimento sustentado promover parcerias, com as empresas públicas, privadas e cooperativas, no domínio da adaptação tecnológica e da inovação institucional. **Ousar aprender, usar o conhecimento e as tecnologias de forma inovadora nas áreas onde já temos uma estrutura industrial e empresarial instalada é urgente.** Neste domínio a inovação institucional e a adaptação de estratégias cooperativas em vez do confronto é mais importante do que a modernização técnica derivada das tecnologias de informação. Exemplos dentro e fora de portas não nos faltam. A indústria de lacticínios é um campo aberto para projectos de cooperação como o que dá os primeiros passos com a criação da Lactaçor. Vale a pena voltar atrás e reavaliar projectos abrangentes como a SODESA chumbada pela guerrilha partidária na anterior legislatura. Outra experiência a avaliar é a Associação de Turismo dos Açores criada nesta legislatura e contando entre os seus sócios o Governo, a SATA , a Câmara de Comércio e Indústria e investidores privados. É necessário avaliarmos o que correu mal no INOVA com um desempenho claramente ineficiente face aos objectivos para que foi criado. Caminhar em frente exige encararmos com realismo os sucessos e os insucessos.

A criação de sociedades veiculo, que permitam alavancar com dinheiro público e privado investimentos novos, não se compadece com os desvarios de criar múltiplas sociedades de desenvolvimento ao nível de ilha ou concelhio apostando na industria da desorçamentação para iludir as regras do pacto de estabilidade e crescimento. A desarticulação da autonomia regional que alguns autarcas defendem copiando modismos de outras paragens só têm explicação em ambições e projectos pessoais não radicando na defesa do interesse regional.

A revisão das políticas de coesão e da eficácia na aplicação dos fundos comunitário levada a cabo no 3º Relatório sobre a Coesão é um bom exemplo de como se preparam políticas numa administração moderna. Os princípios que enformam esta avaliação de políticas e a definição de novas iniciativas são os mesmos desde 1988. Programação,

parceria e concentração. **Parceria** na concepção e na aplicação dos programas. **Concentração** dos recursos financeiros nas acções e nas áreas mais vitais. **Programação** e planeamento plurianual visando atingir objectivos estratégicos.

A avaliação das políticas regionais após 1986 é clara, concentrámos recursos públicos e privados na modernização e na criação de infra-estruturas e conseguimos melhorar a nossa qualidade de vida e ambiente de trabalho das nossas empresas. É mais que tempo de concentrarmos recursos nas áreas da qualificação do capital humano investindo na formação, no ensino e na adaptação de tecnologias. Conduzimos uma reforma da administração que levou à criação duma administração regional e duma lei das finanças regionais. É tempo de estendermos essa reforma às instituições públicas e privadas numa lógica de parceria e não de subsidio. É vital que as organizações patronais, sindicais e cívicas aprendam que o nosso futuro depende da inovação e não do subsidio a fundo perdido.

Os Açores necessitam de políticas de desenvolvimento regional que garantam:

a) estabilidade macro-económica fundada em finanças regionais activas na prossecução do equilíbrio estrutural e do aumento da flexibilidade orçamental;
b) reformas microeconómicas visando corrigir as falhas do mercado na oferta de formação e de inovação;
c) concentração de recursos nas acções e actividades fomentadoras do crescimento económico.

Levámos 30 anos a construir um regime autonómico democrático. Levámos 18 anos a caminhar a passo para sairmos da cauda da Europa. Não é possível acreditar que num passe de mágica, alguns iluminados com febre eleitoral tenham descoberto um atalho milagroso para o crescimento e o progresso.

É possível num horizonte de 6 anos sairmos do grupos dos dez mais pobres se ousarmos trabalhar, cooperar, inovar e reformar políticas e instituições. **É possível** no horizonte do próximo quadro comunitário concentrar investimento na qualificação dos nossos jovens, na formação da população activa e no fortalecimento das empresas regionais**. É necessário** que o crescimento da economia assente no crescimento da produtividade e não num mero crescimento do emprego**.**

O próximo quadro comunitário de apoio deveria ter por base um novo modelo competitivo que não se circunscreva à extensão das actividades existentes e não encare a economia como um mero somatório de sectores e negócios. Não é suficiente somar o turismo à agricultura e à construção. A lógica global da competitividade exige:

a) **o reforço da cooperação empresarial;**

b) **a integração das lógicas de concepção, produção e distribuição numa fileira completa;**
c) **a integração do ensino com a economia;**
d) **a criação de novos mecanismos de financiamento à inovação e desenvolvimento empresarial que ultrapassem a lógica do subsídio.**

A dois anos do fim do actual quadro comunitário de apoio temos tempo de sobra para lançar os estudos preparatórios e fazer o trabalho de casa. Aqui fica este lembrete que espero não caia em saco roto.

Horta 11 de Maio de 2004

O Deputado Fernando Lopes